



**UEPB**

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

**ANIELE KARINE CRUZ DOS SANTOS**

**“TANTO FAZ VIVER OU MORRER, EU ESTOU DISPOSTA A ENFRENTAR O  
QUE VIER”: A RESISTÊNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR  
NA PARAÍBA (1964-1985)**

**GUARABIRA-PB  
2023**

ANIELE KARINE CRUZ DOS SANTOS

**“TANTO FAZ VIVER OU MORRER, EU ESTOU DISPOSTA A ENFRENTAR O QUE VIER”: A RESISTÊNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NA PARAÍBA (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do curso de História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduada em História.

**Área de concentração:** História e Estudos Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sensibilidade.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup> Dra. Dayane Nascimento Sobreira

**GUARABIRA-PB  
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S2371 Santos, Aniele Karine Cruz dos.

"Tanto faz viver ou morrer, eu estou disposta a enfrentar o que vier" [manuscrito] : a resistência feminina durante a ditadura civil-militar na Paraíba (1964-1985) / Aniele Karine Cruz dos Santos. - 2023.

38 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2023.

"Orientação : Profa. Dra. Dayane Nascimento Sobreira, Coordenação do Curso de História - CH. "

1. Mulheres. 2. Resistências. 3. Ditadura Militar. 4. Clandestinidadade. I. Título

21. ed. CDD 981

ANIELE KARINE CRUZ DOS SANTOS

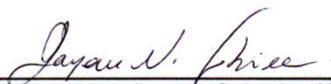
**"TANTO FAZ VIVER OU MORRER: EU ESTOU DISPOSTA A ENFRENTAR O QUE  
VIER": A RESISTÊNCIA FEMININA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NA  
PARAÍBA (1964-1985)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
coordenação do curso de História da Universidade  
Estadual da Paraíba, como requisito parcial à  
obtenção do título de Graduada em História.


**Área de concentração:** História e Estudos  
Culturais: Etnia, Crença, Gênero e Sensibilidade.

Aprovada em: 27/11/23

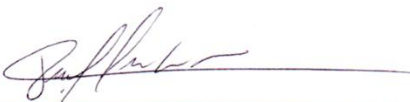
**BANCA EXAMINADORA**



Prof<sup>ª</sup> Dra. Dayane Nascimento Sobreira (Orientadora)  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof<sup>ª</sup> Dra. Naiara Ferraz Bandeira Alves  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Prof<sup>ª</sup> Dra. Susel Oliveira da Rosa  
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

*“A única herança que deixaremos para os nossos filhos é a educação”. Dessa forma, com essa fala dos meus pais agradeço primeiramente a Deus pela realização deste sonho, juntamente com a minha família com todo apoio, e amigos que viram minha luta dentro e fora do âmbito acadêmico e abrilhantaram a minha caminhada, assim, DEDICO.*

## AGRADECIMENTOS

Escrevendo essa pequena dedicatória, lembro-me do finalzinho do Ensino Fundamental II, mais precisamente no 9º ano com o meu ex-professor de História, André, estabelecendo perguntas em sala de aula durante o seu horário, e uma delas foi sobre qual era o seu maior sonho no decorrer da trajetória estudantil, e eu apenas disse: “ser aprovada no Enem na UEPB do campus de Guarabira”, e assim foi dito e feito, aqui estou concluindo um curso superior nessa segunda casa que me acolheu tão bem por esses longos quatros anos.

Ah, Deus, sem ti nada posso fazer...

Como és grandioso e poderoso em minha vida, e sem ti nada posso fazer, fostes e sempre serás o grandioso e o fator principal das minhas conquistas. Gratidão, pai por mais uma etapa concluída e por não ter soltado a mão da sua filha ao longo dessa caminhada. A batalha foi dura, as lágrimas foram inevitáveis, mas a minha Fé em ti foi e continua maior diante do teu amor por mim. Graças, pai.

Francisco Viana e Ana Maria Cruz, os senhores foram e são cruciais em minha vida. Pai, o senhor não sabe o tamanho da minha gratidão que exala em meu peito por ter o seu apoio nessa caminhada que foi tão importante para mim, seu amor paterno me salva de inúmeros perigos e seus conselhos me alertam de diversos livramentos, sem o senhor, eu não seria nada; Mãe, obrigada pelas palavras de persistência no caminho da educação e por não ter desistido da minha capacidade em seguir em um dos caminhos mais humanos e libertadores que é o ato de educar. A vocês dois, todo o meu amor e a minha eterna gratidão.

Lucas Françóis Cruz dos Santos, meu irmão, obrigado pelas palavras de conforto, força e pelo amor de irmão durante essa trajetória que você viu de pertinho todos os passos que percorri para chegar até aqui, suas palavras foram cruciais para que eu chegasse aonde cheguei com a persistência e força de vontade que nunca me faltaram, gratidão.

À Maria Bezerra da Cruz, um dos meus amores maternos, escrevo esse pequeno parágrafo com os olhos cheios de lágrimas ao lembrar a luta que percorremos juntas no primeiro período de faculdade, onde quase desisti de tudo para dar ênfase à senhora e à sua saúde. Vó, obrigada por ser tanto e por me presentear todos os dias com o seu afeto e, principalmente, por me acalantar com suas palavras fortes e maduras para que eu não desistisse e que tudo são fases. Pois é, são fases

e eu venci mais uma, ou melhor, vencemos, pois essa vitória também é sua! A minha eterna gratidão e todo o meu amor demonstrado em cuidados diários que jamais serão minimizados, mas sim regados constantemente. Eu te amo!

Aos meus professores da disciplina de História do Colégio Nossa Senhora do Carmo (CNSC) de Nova Cruz-RN, Verônica Matias e Júlio César Amaral, ex-alunos desta instituição de ensino superior, que apresentaram a matéria como um arcabouço para a minha formação profissional, trazendo um olhar mais amplo e esperançoso sobre ela para que eu continuasse o meu caminho. A vocês, a minha gratidão.

Ah, José Marcos Nascimento Pontes como fostes essencial para a minha caminhada até aqui...

Marquinhos, é um presente que a UEPB me apresentou no segundo período de faculdade através de nossos estresses cotidianos. Foi através de sua paciência e dedicação que nossa amizade floresceu em explicações de trabalhos, atividades e avaliações no decorrer dessa trajetória, a minha dupla nas aulas on-line e presencial, como também o dono das melhores risadas por áudio e pessoalmente que eu poderia ter, meu carinho e gratidão por te ter em meu ciclo é magnífico. Marcos, obrigado por tudo e principalmente pelo ser humano ímpar que és, gratidão, meu irmão, amo-te!

À Maria Jamylle Gomes do Nascimento, a irmã que a UEPB me concedeu em todos os dias de luta nesta instituição. Jamylle, as minhas atitudes demonstram o tanto que torço pelo seu sucesso, nossa irmandade e risadas diárias fazem com que as dificuldades apresentadas sejam transformadas em objetivos futuros a serem alcançadas. Sou extremamente grata a Deus e a você por tanto apoio demonstrado em palavras e afeto. Gratidão, amo-te!

Ao meu querido e ex-professor Madson Bruno Soares Estevam, por todo o apoio do Ensino Médio até aqui, seus ensinamentos, conselhos e palavras de apoio ao longo dessa jornada me fazem seguir um caminho amplo e de bastante dedicação, juntamente com Luiz Miguel Azevedo, a minha gratidão a vocês.

Luana Lima Fernandes, Ismael dos Santos, Vitória Oliveira e Maria Maise Anjo, desde o Ensino Médio a força da amizade de vocês e o apoio me fez chegar até aqui, e vocês não poderiam passar despercebidos desse momento tão gratificante para mim.

Ao departamento do curso de História do Centro de Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba por todo o amor e carinho que prestaram a mim nesses quatro anos de curso, em especial a Rilane e aos professores e professoras:

Alômia Abrantes, Joedna Meneses, Cristiano Luís, Dayane Sobreira, Susel Oliveira, Francisco Fagundes, Luiz Mário, Luciana Calissi, Mariângela Vasconcelos, Waldeci Ferreira Chagas, Sinuê, Manuela Aguiar, Naiara Ferraz, Edna, Carlos Adriano e tantos outros que passaram por esse departamento que é considerado o de milhões.

Aos amigos que fiz nessa jornada que abrilhantaram os meus dias com suas risadas: José Eriel, Emanuell Diniz, Beatriz Oliveira, Adriana Ananias, Maria Vitória, Maria Rosângela, Maria José, Samuel Matheus, José Vital, vocês foram cruciais para mim até aqui, obrigado por tanto.

Nos últimos períodos nesse ciclo tão valioso para mim, a minha convivência diária pela Rainha do Brejo Paraibano, mais precisamente a cidade de Guarabira, foram marcadas por três pessoas que alicerçaram a pirâmide do meu crescimento: Ana Karolina Ribeiro de Oliveira, a famosa “Karol”, a minha gratidão a você por tudo, pelas palavras de apoio, e lições em todos os aspectos da vida cotidiana, sou grata a Deus pelo dom da sua vida e pelo laço de amizade constituído a anos e está firme até aqui, sintam-se abraçada e recheada de gratidão.

À Natally Vitória Rufino de Souza, pela parceria em nossa convivência, desde idas e vindas da faculdade até o nosso apartamento, conselhos, risadas e bastante risadas e das amigadas que também constitui através da sua, a você, a minha eterna gratidão, a sua caminhada continua pela instituição, mas lembre-se que o teu sucesso aqui fora é gigantesco. Voa, o mundo é teu, garota. Gratidão por tudo!

À Maria Luísa Pereira da Silva, que desde o 8º ano a nossa amizade é alicerçada, hoje estamos nós convivendo diariamente em prol do nosso futuro, o seu jeito alegre me resgatou de diversos momentos de tristeza e fez com que ela fosse um resgate para a minha caminhada continuar apesar dos tropeços, desejo todo o sucesso do mundo e que a sua carreira na área de Educação Física seja brilhante igual tu és. Maria, lembre-se que o caminho é longo e bastante difícil, mas a vitória é certa! Gratidão a você, Natally e a Karol, vocês foram cruciais para a minha realização dessa minha jornada, amo vocês.

À minha orientadora Dayane Nascimento Sobreira, por todo o apoio dado nas aulas, pela aceitação no convite e por todos os conselhos e orientações dadas para mim até aqui, seus ensinamentos foram essenciais para que eu concluísse com êxito a minha caminhada nessa instituição, assim me expressei com o coração recheado de gratidão.



À minha banca composta por Susel Oliveira da Rosa e Naiara Ferraz Bandeira Alves, gratidão pela aceitação do convite tão importante para a trajetória do meu curso, como também em todos os ensinamentos aplicados em sala de aula, aqui, repito, gratidão.

À Andreza Nadja Freitas Serafim, coordenadora do projeto de extensão Ações Coíno pelo qual tive a honra de participar nos últimos dois anos de curso. Gratidão pela confiabilidade, responsabilidade, afetividade e pelos conselhos dados em nossos encontros presenciais pelo campus, eles foram cruciais para a minha formação acadêmica, gratidão.

E por fim, agradeço aqueles que por algum destino cruzaram linhas diferentes da minha ou não fazem mais presente em meu ciclo, saibam que vocês também contribuíram para o meu crescimento e escrevem parte desta história como protagonistas e merecem a minha gratidão.

Assim, declaro-me, historiadora!

“[...] Através da história, provocamos o espírito solidário da mulher, fortalecendo aspirações de amor e justiça” (Zerbini, 1979, p. 01).

## RESUMO

São fortes os silenciamentos dos protagonismos das mulheres ao longo dos séculos, em que suas existências são ainda invisibilizadas e apagadas na história. A isto, refletindo na emergência de sinalizar as resistências femininas no período da Ditadura Civil-Militar (1964-1985) na Paraíba, período este marcado por repressão, violências e abusos aos corpos femininos, o objetivo deste trabalho constitui-se em discutir o papel fundamental das mulheres que enfrentaram o sistema opressor militar, confrontando as forças políticas através de suas vozes, sendo presente as determinações de Elizabeth Teixeira, ligada aos movimentos das Ligas Camponesas de Sapé-PB, como também de Maria de Lourdes Meira Cabral, militante presente no Cariri do estado paraibano. Deste modo, através de suas trajetórias de lutas, buscou-se analisar a clandestinidade como estratégia de sobrevivência no período. Entendemos que nessa tessitura as trocas de identidades, os refúgios em outras cidades para manterem suas existências vivas, mas também suas memórias, constituíram-se como estratégias importantes de resistência ao regime militar no estado. No mais, este trabalho buscou pôr os protagonismos das mulheres, suas lutas, suas táticas de resistência na visibilidade da história, quebrando os silêncios que tentam constantemente nos apagar.

**Palavras-chave:** Mulheres; Resistências; Ditadura Militar; Clandestinidade.

## ABSTRACT

The silencing of women's protagonism over the centuries is strong, in which their existence is still made invisible and erased in history. This, reflecting the emergence of signaling female resistance during the period of the Civil-Military Dictatorship (1964-1985) in Paraíba, a period marked by repression, violence and abuse of female bodies, the objective of this work is to discuss the fundamental role of women who face the oppressive military system, confronting political forces through their voices, including the determinations of Elizabeth Teixeira, linked to the movements of the Peasant Leagues of Sapé-PB, as well as Maria de Lourdes Meira Cabral, a militant present in Cariri of the state of Paraíba. In this way, through their struggle trajectories, we seek to analyze clandestinity as a survival strategy in the period. We understand that in this context there are exchanges of identities, refuges in other cities to keep their existence alive, but also their memories, constituted important strategies of resistance to the military regime in the state. Furthermore, this work sought to put women's leading roles, their struggles, their resistance tactics into the visibility of history, breaking the silences that constantly try to erase us.

**Keywords:** Women; Resistance; Military Dictatorship; Clandestinity.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – Alguns/algumas ativistas das Ligas/Lutas Camponesas na região do Brejo paraibano .....	21
<b>Figura 2</b> – Elizabeth Teixeira em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade (2014) .....	23
<b>Figura 3</b> – Desenho representativo da imagem de Elizabeth.....	24
<b>Figura 4</b> – Antiga residência de João Pedro e Elizabeth, atual Memorial das Ligas Camponesas, em Sapé-PB .....	25
<b>Figura 5</b> – Foto da família Teixeira reunida com João Pedro Teixeira em vida....	26
<b>Figura 6</b> – Lourdes Meira na Comissão Estadual da Verdade.....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADIN	Ação Direta de Inconstitucionalidade
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
JK	Juscelino Kubitschek
MA	Maranhão
MST	Movimento Sem Terra
PB	Paraíba
PC do B	Partido Comunista do Brasil
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PE	Pernambuco
PF	Polícia Federal
RN	Rio Grande do Norte
UFPB	Universidade Federal da Paraíba

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>16</b>
<b>2 AS LIGAS CAMPONESAS DE SAPÉ E A LUTA POR DIREITOS NO BREJO PARAIBANO .....</b>	<b>18</b>
<b>3 ELIZABETH TEIXEIRA: ENTRE O LUTO E A REPRESSÃO .....</b>	<b>23</b>
<b>4 MARIA DE LOURDES MEIRA CABRAL: A RESISTÊNCIA DESDE O CARIRI DO ESTADO DA PARAÍBA .....</b>	<b>28</b>
<b>5 A CLANDESTINIDADE COMO UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA PARA MARTA MARIA DA COSTA E LOURDES MEIRA .....</b>	<b>32</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>3636</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Há tempos é ímpar a participação das mulheres em atos políticos para a garantia do bem-viver e de direitos para todos e todas. E no período da ditadura civil-brasileira (1964-1985), isso não seria diferente. Foi forte a participação das mulheres na luta contra o regime. E não foram poucas também as formas de violência que incidiram sob elas.

Escrevo no lugar de uma acadêmica do curso de licenciatura em História de uma universidade pública, também feminista e nordestina. E nosso foco será nas resistências femininas no decorrer da ditadura militar com ênfase ao estado da Paraíba. Trabalharemos com narrativas de mulheres vítimas da truculência do regime, algumas, inclusive, que ainda estão em nosso meio cotidiano, são testemunhas, portanto, de acontecimentos do período estudado. Desse modo, a pesquisa dá-se por meio da História Oral a partir do uso das bibliografias e relatos de mulheres que foram reprimidas e viveram na clandestinidade por anos, para obter proteção delas e de suas famílias. Também do Relatório Estadual da Comissão da Verdade (2014).

É fato que nesse período muitas mulheres foram torturadas, ditas como mortas para a sua família e diversas foram assassinadas por militares que com sua ignorância e covardia a mando do governo queriam instituir poder, também, e especialmente, sobre os seus corpos. Para a historiadora Susel Rosa (2013):

Pesquisar e escrever sobre a trajetória de vida dessas mulheres é uma tentativa de dar visibilidade às narrativas femininas que ousam denunciar, refletir e testemunhar, fragmentando as histórias oficiais, abrindo brechas no tecido textual, instigando a perguntar pelo silenciado, esquecido e reprimido na definição do arquivo (Rosa, 2013, p. 308).

Segundo Marcos Napolitano (2021), o golpe de 1964 está situado em uma complexa trama de engenharia política. De acordo com o autor, esse processo não precisou de muitos arranjos para consolidar-se, é fato pensarmos que esse fato ainda é discutido em nosso meio como um “ato revolucionário” comum dentro da cultura e história política brasileira.

Deste modo, o assunto vem sendo consolidado pela historiografia (e que bom que seja!) entre teses, dissertações, livros publicados e depoimentos apresentados e gravados através da Comissão Nacional da Verdade, que compõe e arquiva de modo democrático para a população todo o sofrimento prestado por milhares que foram



massacrados por militares brasileiros. Não dá para negar, portanto, esse episódio trágico da história recente do Brasil.

Apresentar, descrever e contextualizar sobre as resistências femininas no período – e que se encontram, se desdobram com as resistências feministas de “segunda onda” – é o foco principal deste trabalho. Lutas como essas devem ser lembradas não apenas em datas históricas ou comemorativas, mas dia após dia, no nosso cotidiano e principalmente quando os governantes (em sua maioria homens, cabe lembrar) tentam revogar nossos direitos, que em muitos destes são nascidos de períodos ensanguentados como o que estamos estudando, por exemplo. E, sem deixar de mencionar, diante da onda conservadora que ainda enfrentamos no Brasil em que o negacionismo veio à tona como jamais visto na nossa história recente. Demarcamos o lugar da História como um lugar legítimo para releitura do passado.

A rigor, sinalizaremos a coragem dessas mulheres no território paraibano, dado que também é um território marcado, historicamente, por resistências e lutas no que concerne à presença das mulheres contra os atos totalitários, com foco na reação individual destas ao regime instituído, considerando também a luta coletiva e o seu reconhecimento enquanto “mulheres”.

Para isso, no primeiro momento deste trabalho realizaremos uma revisão de literatura a respeito das temáticas mulheres, ditadura e resistências. A seguir iremos contextualizar o cenário de ditadura na Paraíba, passando pelo destaque das Ligas Camponesas enquanto uma organização rural que lutou pelos direitos da população rural e, também, a luta das mulheres nesse contexto, especialmente por Elizabeth Teixeira, mulher marcada para viver, termo esse muito conhecido pela sua luta nas ligas que, como seu marido, João Pedro Teixeira, sofreu a perseguição e consequências do regime instituído em 1964 nas suas vidas e de sua família.

A seguir destacaremos a história de vida e militância de Maria de Lourdes Meira Cabral, paraibana de Serra Branca-PB, que lutou e foi perseguida pelo regime.

Por fim, escrevo esse trabalho com a coragem de uma feminista e universitária com respeito perante essas mulheres destacadas, que buscaram dignidade – e mais do que isso, que lutaram por direitos e pelo fim de um regime autoritário que inscrevia e reservava um lugar para elas demarcado pelo patriarcado. Dizemos juntas: 64 nunca mais!

## **2 AS LIGAS CAMPONESAS DE SAPÉ E A LUTA POR DIREITOS NO BREJO PARAIBANO**

Lutar pelos nossos direitos é uma tarefa cada vez mais difícil na sociedade brasileira, visto que essa resistência vem sofrendo ataques desde a constituição do nosso país, e especialmente nos últimos anos. Mas não são poucas as resistências históricas, especialmente no campo. Como exemplo temos as Ligas Camponesas, associações de trabalhadores rurais, como a Liga de Sapé, na época fundada por João Pedro Teixeira e que teve, após a sua execução, como líder, a sua esposa, Elizabeth Teixeira.

A organização tinha como foco incentivar diversos trabalhadores do campo que conviviam como arrendatários ou até parceiros. O Nordeste brasileiro era o alvo principal dos organizadores, o lema “reforma agrária, na lei ou na marra”, era exalado em diversas estradas de lutas. O contexto histórico que leva ao seu surgimento advém das políticas de governo de Juscelino Kubitschek, na década de 1954, o processo de mecanização com a intensificação das produções vindas do campo, ou melhor, agrícolas, desequilibrou inúmeros pontos, principalmente a redução de salários, levando, conseqüentemente, ao desemprego.

É fato averiguar que na época (década de 1960), a repressão atuava de forma tão intensa que era “proibido” aprimorar o nome do grupo de sindicato<sup>1</sup>, pelo fato delas serem contra as diretrizes do governo, ou melhor, dos nossos direitos.

No decorrer, o objetivo dessas organizações era abandonar medidas de concepções assistencialistas, passando a constituir algumas ações políticas de luta pelos trabalhadores rurais mais cotidianas juntamente com a distribuição de terras. No entanto, os trabalhadores tendem a sofrer com intensos atos de violência partindo do próprio estado e dos proprietários de terras, o que não fez com que atrapalhasse em hipótese alguma o seu fortalecimento. Desse modo, o grande grupo de direito tende a se expandir em diversos estados como Minas Gerais, Paraíba e Rio de Janeiro.

Assim, com a censura do título do grupo, os demais componentes não poderiam exalar que participavam de um tipo de sindicato, apenas de um grupo, pois eles também poderiam sofrer ataques da violência do latifúndio, que se confundia com

---

<sup>1</sup> Termo usado na época pois a repressão na ditadura não permitia nomear como Ligas Camponesas naquele lugar.

a violência do próprio Estado brasileiro. Queria-se a garantia dos direitos de homens e mulheres no campo; atualmente essa pauta é encabeçada de modo mais organizado pelo MST (Movimento Sem Terra), que se configura enquanto movimento nacional desde a década de 1980.

É impossível dissertar a respeito de uma história de luta sem mencionar os seus principais interlocutores. Assim, apresentamos João Pedro Teixeira, filho do senhor João Teixeira e da senhora Maria Francisca da Conceição. Ele nasceu em Guarabira, região do brejo paraibano, mas precisou migrar.

A cidade de Sapé foi apresentada para o líder já na sua adolescência. O tio ofereceu a ele um trabalho no roçado, em seguida trabalhou em uma usina, o trabalho nesses espaços nunca foi fácil, principalmente quando estamos falando de anos passados, em que uma tradição de trabalho escravo ditou as bases da estrutura fundiária brasileira e as próprias relações de trabalho no espaço agrário paraibano.

Logo, em 1961, o líder da liga paraibana teve que resistir a uma desocupação de terras que ocupava com Elizabeth e seus filhos, a partir disso enxurradas de tiros eram frequentes em sua residência, como exemplo de trabalhador rural, João sofreu diversos abusos e desrespeitos às suas famílias de latifundiários, incluindo agressões, destruição da agricultura e expulsão de terras.

Um homem de característica de porte físico alto e forte, com bastante garra apaixonou-se por Elizabeth em uma segunda-feira qualquer em sua rotina. Com uma simpatia na lábia e a sua postura de homem que luta por dias melhores, foi até a mercearia onde a mesma trabalhava para realizar o abastecimento de produtos básicos de sua sobrevivência: o arroz, a bolacha.

A partir disso, a paixão dominava ambos e as trocas de cartas tornou-se cotidiana. João Pedro, como não sabia ler e muito menos escrever, pedia para um próximo escrever e levar para sua amada. Àquela época, os namoros eram consolidados dessa forma; beijos, carícias e relações sexuais nem passavam pelas suas mentes e muito menos pela exposição pública dos afetos. Segundo Rangel (2000, p. 145), “o namoro foi distante e silencioso, pois o pai de Elizabeth logo que percebeu a paixão entre os dois, proibiu a filha de vê-lo, substituindo-a no trabalho de barracão”.

Porém, a paixão dos dois tende a passar por alguns entraves a partir da figura do pai de Elizabeth, que alegava que João era pobre e negro, pelo qual era contra os

seus princípios como pai, diante do que esperava para um futuro genro de sua família, mas isso foi o de menos e não impediu a paixão de ambos.

Dessa maneira, o preconceito árduo tornou-se cada vez maior da mesma proporção do amor dos dois ainda adolescentes. Cartas eram o sinônimo de uma conexão entre eles, muitas delas eram guardadas a “sete chaves” pela jovem Elizabeth, com medo da repressão do seu pai para o qual João Pedro não passava de um “negro caçõ”; palavra atribuída por ele com características racistas ao jovem.

A rejeição de seu Justino era tão tamanha que ele foi capaz de trocar a função de sua filha no trabalho, na mercearia, ela passou a executar suas funções trabalhistas em um barracão; mas, mesmo assim João Pedro resistiu e foi pedir a sua filha em casamento. Tendo o não como resposta já cravada em sua mente, o senhor Justino alegava que não aceitava o casamento com um negro nem que uma lei fosse estabelecida no território.

O amor recíproco do casal falou mais alto e os dois planejaram por cartas uma fuga durante a noite quando todos estivessem dormindo, desse modo conseguiram, casaram-se e os dois passaram a morar por certo tempo no sítio Massangana, na casa do tio do jovem João Pedro. Assim tiveram a primeira filha, Marluce.

Dessa maneira, pouco tempo depois as dificuldades começaram a aparecer. João Pedro entra em um conflito com o seu tio por questões de agressões físicas aos moradores de terra e a falta de respeito com os demais do grupo. Imediatamente, decide expulsá-lo de casa juntamente com sua esposa e filha, mas o jovem não se abalou, deixou Elizabeth e Marluce com Dona Maria Francisca em Sapé e decide ir a Recife para buscar melhores condições de vida através do trabalho.

[...] Só no começo de 1945, Elizabeth se mudou para Recife. Por nove anos, eles moraram “na casinha branca de janelas azuis”, como Elizabeth a descreve. Desse período, as lembranças registraram passagens muito felizes como o nascimento de cinco filhos, a conversa de João Pedro ao protestantismo – Elizabeth continuou católica – e as lições de alfabetização que dava ao marido. Mas os tempos eram duros e Elizabeth teve que trabalhar fora, além de cuidar da casa e dos filhos (Rangel, 2000, p. 148).

Entre tantas dificuldades sendo apresentadas na vida do jovem casal, com o passar dos anos novos filhos foram nascendo e a preocupação de criá-los sem nenhuma violência partida de latifundiários foi vindo à tona, visto que o camponês sofria ameaças constantemente. João Pedro não era um homem de escolher cargos trabalhistas, mas sim de agarrar a primeira oportunidade que aparecesse. O pai de

Elizabeth através de seu irmão Euclides Justino ofereceu uma ajuda a sua filha e em um consenso com o seu esposo, decidiram voltar para Sapé, mas especificamente em um sítio comprado pelo pai de Elizabeth, visto que eles encontraram um refúgio de sobrevivência, mas por tempo determinado, ou melhor, até a chegada de João Pedro à residência.

O jovem trabalhador e simpático conquistou muitas amizades pelas redondezas de Miriri, Barra de Antas (sítio onde se situa o atual Memorial das Ligas Camponesas), Corredor, São Miguel de Taipú, Sapucaia, Caruçú, e demais cidades circunvizinhas. Muitos conhecidos, tornaram-se efetivos companheiros e logo tornaram-se grandes figuras das Ligas, a exemplo de Ivan Figueiredo, João Alfredo e Severino Dias. As reuniões aconteciam sempre aos finais de semana na residência do líder, o grupo foi tornando-se cada vez mais forte, chamando a atenção do próprio Estado, que, para eles, João Pedro era um “bandido” porque estava apresentando caminhos para o agricultor procurar seus direitos que o governo tentava desapropriar.

**Figura 1** – Alguns/algumas ativistas das Ligas/Lutas Camponesas na região do Brejo paraibano



Fonte: A autora (2023)

Só em 1958 as Ligas Camponesas da Paraíba foram consolidadas, ou melhor, fundadas. Mas não nesse nome propriamente dito, a “Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Sapé” foi fundada em uma pequena reunião em uma

escola da cidade e autenticada no cartório local. O intuito da organização era a garantia de direitos para o trabalhador rural, salário digno e terras para plantio.

Mal sabia o próprio Estado que o grupo se tornou referência para tantos outros. Para o latifúndio, o fim da luta poderia ocorrer com a execução de João Pedro entre suas idas e vindas a João Pessoa-PB, ou até mesmo nas caminhadas percorridas por ele e seus companheiros. Segundo Soares (2018), estas narrativas, combinadas com o contexto internacional de Guerra Fria, colocavam os camponeses como agentes criminosos que pretendiam com suas ideias tomar de assalto o país.

Bem, assim foi realizado esse desejo. No dia 02 de abril de 1962, na sua volta para casa de uma das suas viagens para a capital paraibana, João Pedro Teixeira foi alvejado com diversos tiros na parte superior de seu corpo e na cabeça por dois policiais disfarçados de pistoleiros identificados como cabo Antônio Alexandre da Silva, como o soldado Francisco Pedro da Silva e pelo vaqueiro Arnoud Nunes Bezerra. Um crime bárbaro que teve a marca de um crime político, mas com o regime militar em execução, em 1985 os mesmos foram absolvidos pela justiça.

Como um reconhecimento da luta do povo camponês, em 2023, ano presente, a Assembleia Legislativa da Paraíba aprovou o projeto de lei que instituiu o dia 02 de abril como o Dia Estadual da Memória Camponesa no Estado da Paraíba, preservando os patrimônios históricos orais e materiais dessa luta lapidada por inúmeros que merecem o seu valor.

Mal sabiam eles que nada estava finalizado, pelo contrário, ao saber que iria ser morto, João Pedro pergunta a Elizabeth se ela tem o desejo de continuar a sua luta, e ao ver o seu corpo em uma pedra no necrotério, relata a continuação de sua luta alegando: “hoje, eu digo que continuarei a sua luta João Pedro, até o fim”, concretizando a continuidade das Ligas por mais um importante período, tendo uma mulher à frente do movimento.

### 3 ELIZABETH TEIXEIRA: ENTRE O LUTO E A REPRESSÃO

**Figura 2** – Elizabeth Teixeira em seu depoimento à Comissão Estadual da Verdade (2014)



Fonte: Reprodução do Youtube (2023)

A dor é um sentimento de tristeza imensurável. Elizabeth passa por ela em 1962, uma mãe com 12 filhos (pelo qual a história só retrata por 11 filhos, por questões familiares), viúva, sem ajuda emocional de seus pais e tendo apenas o refúgio de seus filhos para sobreviver. Mulher, mãe, viúva, irmã e batalhadora pelos seus direitos e dos demais, trataremos da força de uma figura que ultrapassou barreiras policiais e de lutas em toda a sua trajetória.

Assim, vinda de uma família com condições financeiras consideravelmente boas e indo totalmente contra os princípios de seu pai Emanuel Justiano da Costa, Elizabeth ergue a sua mão e estabelece a sua luta logo após a morte de seu esposo, João Pedro Teixeira, em 1962.

Como outras mulheres estudadas por Rosa (2015), como Vera Lucia Magalhães, Yara Gouveia, Delcy Gonçalves de Paula, Maria José de e outras, Elizabeth também viveu os tempos sombrios da ditadura militar, inventando possíveis saídas para além das capturas biopolíticas.

**Figura 3** – Desenho representativo da imagem de Elizabeth



Fonte: A autora (2023)

A repressão nos estados da Paraíba e do Pernambuco era intensa pelo fato dos dois estados serem pioneiros nas Ligas Camponesas. O regime militar via isso como um campo de batalha para praticar torturas, mortes e perseguições a trabalhadores.

Os policiais militares eram os principais condutores de violência de repressão. Ao descobrirem onde Elizabeth estava após a morte de seu esposo, na comunidade de Barra de Antas, zona rural de Sapé-PB, ao sair de sua residência, teve o cano de uma arma apontada para o seu pescoço diante da seguinte frase verbalizada por um militar: “vai morrer, você vai morrer”. Diante dessa cena a mesma foi levada presa para João Pessoa, capital paraibana.



**Figura 4** – Antiga residência de João Pedro e Elizabeth, atual Memorial das Ligas Camponesas, em Sapé-PB



Fonte: A autora (2023)

No dia, Elizabeth explica para o delegado toda a sua situação e logo em seguida é liberada pelo mesmo. Ao chegar em casa é surpreendida pela sua filha passando muito mal após ingerir diversas substâncias tóxicas, Marluce suicidou-se por ver a mãe sendo presa e quase morta na frente de sua casa. Ao ver o pai sendo morto drasticamente em uma emboscada realizada por militares, a filha acreditava que a mãe passaria pelo mesmo e seria órfã mais uma vez.

As tentativas militares de tentar intimidar Elizabeth não paravam por aí, o seu filho de cinco anos foi vítima de uma bala na cabeça, pelo qual até hoje sofre com resquícios dessa tentativa, com problemas mentais, por exemplo.

Não tinha para onde correr, nessa altura de tantos acontecimentos, a mente de Elizabeth encontrava-se conturbada, a mesma pensou em tirar a própria vida indo para o meio de uma pista juntamente com o seu filho Carlos. Mas ao ouvir o seu clamor através do choro, à mãe que necessitava sobreviver para criá-lo juntamente com os demais desiste e volta a seguir caminhando pela estrada.

Eu sofri demais por ver meu filho rejeitado por minha família. Meu desespero foi tão grande que eu cheguei a ficar no meio da estrada, eu e ele, para um carro passar por cima de mim e por cima dele. Mas ele se agarrou na minha saia e começou a chorar. Ele tinha nascido em 1958, ele só tinha seis anos (Bandeira, Miele, Silveira, 2012, p. 131-132).

Em 1964 o golpe militar já tinha se deflagrado em todos os lugares possíveis. O único refúgio de Elizabeth foi sobreviver pela clandestinidade em São Rafael, interior do RN, lá ela passou a ser chamada de Marta Maria da Costa, juntamente com o seu filho Carlos, pelo qual foi rejeitado pelo seu avô por ser muito parecido com o seu pai. Segundo Bandeira, Miele e Silveira (2012), Fidel Castro mandou um convite, oferecendo uma bolsa de estudos em Havana, para um dos filhos de João Pedro. Assim concedeu-se, Abraão foi escolhido e formou-se em médico após a separação de entre seus irmãos para sua mãe seguir a vida na clandestinidade.

**Figura 5** – Foto da família Teixeira reunida com João Pedro Teixeira em vida



Fonte: A autora (2023)

Após a morte de seu companheiro, a viúva vai a Cuba a convite de Fidel Castro e ele convida a mesma para residir no país, mas ela rejeita e diz que deixou uma missão importantíssima para trás que era a luta de João Pedro, pelo qual tinha prometido diante de sua morte, e assim foi feito.

Entre lavadeira de roupas, de louça e até de professora, Marta se desdobrou no que pôde para sobreviver em São Rafael-RN. Durante 17 anos, uma mãe não soube o paradeiro de seus filhos por medo da repressão e consequentemente da morte; mas antes desses fatos, um filme estava sendo produzido, "Cabra Marcado

para *Morrer*<sup>2</sup>, que relata sobre a vida de Elizabeth após o assassinato de João Pedro e seus pormenores.

Mas, a produção teve que ser interrompida por cerca de vinte anos pelo regime militar brasileiro, quando a casa onde estavam localizados os utensílios do filme foi invadida, às residências dos vizinhos que também foram protagonistas da produção, e, juntamente a isso, a câmera de produção de imagens também foi apreendida.

Vinte anos após o episódio, Eduardo Coutinho, que foi um cineasta brasileiro responsável por toda condução do filme, localiza Elizabeth Teixeira, conhecida pelas pessoas de na cidade como Marta Maria, e decide conduzir para a conclusão do filme, fazendo com que ela volte para o solo paraibano, reencontrando os seus filhos, residindo na casa doada por Coutinho e finalizando, então, o filme.

Atualmente Elizabeth Teixeira encontra-se com 98 anos de vida, lúcida e aos cuidados de suas filhas, residindo em João Pessoa, na Paraíba, legando à história das mulheres paraibanas um protagonismo singular e corajoso.

---

<sup>2</sup> Filme e documentário lançado em 1982, pelo diretor Eduardo Coutinho e sendo interrompido em 1964 pelas repressões da Ditadura Militar.

#### **4 MARIA DE LOURDES MEIRA CABRAL: A RESISTÊNCIA DESDE O CARIRI DO ESTADO DA PARAÍBA**

A principal tarefa dos historiadores é analisar os fatos de acordo com os seus acontecimentos, mas para essa busca ser executada há a necessidade de materiais (e também sua ausência entendendo que os silêncios também são discursos) que apresentem relevância para o objetivo da pesquisa. É fato que em determinados temas como esse que está sendo dissertado, por exemplo, há uma dificuldade em localizá-los devido à (ainda) invisibilidade de sujeitos históricos no feminino, as mulheres, e de seus rastros através do tempo (Perrot, 1989).

A pouca presença de fontes históricas sobre algumas protagonistas históricas da luta contra a ditadura na Paraíba, retrata o tamanho da invisibilidade ainda presente na historiografia – e a memória que se quer perpetuar do período.

Visualizar e enxergar o holocausto que estava acontecendo no nosso país àquele momento não eram para poucos. A princípio, a jovem Maria de Lourdes Meira Cabral decifrou que tudo que estava acontecendo era um golpe militar. A paraibana de Serra Branca, no cariri do estado, estudante do curso de Filosofia pela Universidade Federal da Paraíba, é militante desde a sua juventude, partícipe das lutas populares.

Aos 18 anos, como uma jovem que decide ir ao mercado de trabalho em busca de sua independência financeira, consegue um emprego como professora no estado por volta de 1960. No decorrer de sua docência, ela observa a desigualdade social através da feição de seus alunos, sendo um desses fatores que fez com que a ficha da realidade fosse consolidada em seu papel social.

**Figura 6** – Lourdes Meira na Comissão Estadual da Verdade



Fonte: Reprodução do Youtube (2023)

Sempre esteve presente em movimentos sociais; a militante ingressa na universidade e logo após é convidada a participar do Diretório Acadêmico do curso de Filosofia da UFPB. Em um contexto de imperialismo norte-americano aliado aos militares, as reformas e principalmente a privatização das universidades, Socorro Fragoso, antiga deputada federal pelo PC do B, convida a jovem para o movimento Ação Popular, organização muito importante na época que atuou em todos os estados brasileiros. As ações dessa frente constituíam no envolvimento com a classe operária, organizações e pesquisas também no campo.

Em meio a isso, Lourdes andava pelas cidades como uma forma de buscar informações e identificar pessoas da própria liga para ser integrante, mas a repressão afastou ambas do trabalho da fábrica e do campo.

[...] além dessas lutas próprias, específicas do movimento estudantil, havia um sentimento muito grande, logo a Paraíba foi o palco das ligas camponesas, então a questão da reforma agrária estava muito perto de nós, então uma das bandeiras que nós levantávamos era também a questão da reforma agrária, das liberdades, enfim, eram posições claramente contestadoras com o Estado que tinha se instalado aqui no nosso país e no nosso estado [...] (Meira, 2010 apud Ribeiro, 2017, p. 55).

Assim, Lourdes vem a ser presa após essa militância. O Ato Institucional nº 5 fez com que as dificuldades fossem maiores. A partir disso a mesma vem a ser cassada, a universidade retirou o seu direito de estudar por cerca de um ano e a repressão da Ação Direta de Inconstitucionalidade também a cassou por dois anos, totalizando três anos sem poder exercer o seu direito de estudante em nenhuma

universidade. Após essa inconstitucionalidade, a militante é levada para o Departamento de Ordem Política e Social, tendo o seu interrogatório executado tanto pelo delegado, como pelo secretário de segurança pública da época, que esperava ansiosamente o dia de sua apreensão (Ribeiro, 2017).

Em suma, por ser estudante universitária, a mesma não poderia por lei ficar em uma cela comum, a sua seria (e foi) especial no quartel da polícia. O primeiro período de repressão prisional foi constituído por uma falta de comunicação entre detentos e seus familiares; as torturas não eram realizadas de forma física, mas psicologicamente em diversos depoimentos à Polícia Federal.

Com a sentença de seis meses de prisão no presídio Bom Pastor-PE, onde as condições eram péssimas, a busca por harmonia e uma mão amiga prevalecia, o afeto foi tão recíproco que no ato da saída a emoção tomou conta das detentas, como Lourdes Meira. Segundo Rosa (2013), embora presente em muitos relatos de militantes que viveram na clandestinidade, o sentimento de solidão não é um consenso; variando muito de acordo com a maneira como cada um vivenciou essa experiência limitar.

Mas, Lourdes ao voltar para casa não teve a oportunidade de viver em seu aconchego na grande João Pessoa-PB, a sua residência era alvo constante de militares em busca de documentos da mesma e de pessoas que conviveram com ela na Ação Popular. A sua única saída seria refugiar-se no Recife-PE, onde enfrentou quatro anos de clandestinidade e diversas dificuldades como o próprio acesso ao mercado de trabalho, pois ninguém poderia saber a sua identidade. A única alternativa foi viver de bicos e favores; a fome era uma das consequências da problemática, tendo em vista uma rede de apoiadores que enxergava e atuava combatendo as dificuldades.

No entanto, em 1974, com a sua saída de João Pessoa-PB, até 1980, a família da militante não tem conhecimento de sua existência, a saudade de ambas era como um tiro no peito; dada como morta por encontrarem um corpo parecido com o seu. A comoção veio à tona com a celebrações de missas, viveram a dor da perda e as lembranças em forma de palavras em poemas.

Do mesmo modo, em decorrência disso, Lourdes refugia-se não apenas no Recife, mas no Maranhão, como integrante do PC do B. Boa parte das pessoas em que ela conhecia estavam presas, estavam sendo torturas. Nesse momento ela foi

designada a se infiltrar nos movimentos a partir de sua observação das desigualdades sociais maquinadas também pelos poderes públicos.

A partir disso, a jovem militante consegue um emprego como professora e reúne os demais educadores de seu ramo profissional através de uma associação, que hoje é o sindicato dos professores. Em todo o seu trajeto para o trabalho não passava na cabeça de ninguém sobre quem ela era, e muito menos o seu esposo. Apenas em 1985, com o partido PCdoB sendo legalizado, Lourdes apresenta-se “às claras” à sociedade.

Em seu retorno à Paraíba, e já na década de 1990, a militante decide ingressar no Centro da Mulher 08 de Março na capital paraibana, criado em 1990. É a atual vice-presidente da União Brasileira de Mulheres, assim consolidando a sua participação na luta democrática feminina aos 83 anos, expondo para a sociedade a existência da ditadura no passado e provando aos negacionistas a sua luta diante de um período histórico tão massacrado, e ao mesmo tempo tão honroso à memória individual e coletiva.

Então, essas histórias não estão nos livros, isso que a gente está contando, não está nos livros, é por isso que é louvável essa iniciativa, porque é preciso que a juventude, essas gerações e as futuras, tomem conhecimento, mas conhecer, porque, isso já passou, já passou não! Porque as consequências disso aí, vocês não imaginavam o que foi que fizeram (Meira, 2010 apud Ribeiro, 2017, p. 81).

Portanto, dissertar sobre mulheres que foram à luta como Lourdes Meira é de suma importância, a escassez de fontes retrata o quanto é dona uma história de resistência(s), mas ainda pouco dissertada pela história. Mulheres resistentes, que doaram a vida à luta pelo bem comum.

## 5 A CLANDESTINIDADE COMO UMA SAÍDA DE EMERGÊNCIA PARA MARTA MARIA DA COSTA E LOURDES MEIRA

Em meio a tantas ameaças de morte, viver em meios clandestinos pelo qual advém do significado constitucional de ilegalidade, para o período da ditadura militar era um dos métodos de salvar a sua própria identidade e vida diante de tanta violência prestada por agentes diversos a mando do governo. A partir disso, Rosa (2013) retrata que a clandestinidade, enquanto experiência liminar, está estreitamente ligada à invisibilidade: tornar-se um clandestino significa tornar-se invisível.

Elizabeth Teixeira, após ficar viúva do seu companheiro assassinado, João Pedro Teixeira, continua na caminhada e assume a liderança das Ligas de Sapé. Mas, esse processo de “transição” não foi uma tarefa fácil, Elizabeth tinha uma dificuldade com relação aos seus filhos, sua maior preocupação era conseguir viver ao lado de todos com tão pouco. Os filhos foram “divididos” entre o seu pai e irmã, haja vista que não poderia levar todos para a luta fora de Sapé, afinal, a clandestinidade já parecia ser um caminho antevisto, em decorrência do cenário que se estabelecia. Carlos foi o seu companheiro de luta, rejeitado pelo avô pelo simples fato de sua aparência física ser comparada com a de João Pedro. Disse:

[...] Nesse tempo, Carlos tinha seis anos. Eu o trouxe comigo porque ele foi rejeitado pela minha família. Meu pai dizia que não queria o Carlos lá na casa dele porque era a cara do pai, o retrato do João Pedro Teixeira, e ele não queria nem se lembrar da cara do safado comunista do pai dele (Bandeira, Miele, Silveira, 2012, p. 131).

Em meio a diversas repressões policiais, prisões e violências, Elizabeth foi forte e não baixou a guarda, foi levada presa injustamente, e como consequência desse ato, a polícia tentou mostrar para a cidade de Sapé que ela estava sendo levada por eles, como uma “representação” que a luta estava prestes a acabar. Se enganavam.

Eu sofri muita repressão deles, mas nunca chegou o momento para renunciar, para desistir de lutar. Quantas vezes me agrediram com palavras, que eu era uma mulher que não tinha vergonha, que deixava os filhos em casa e saía comandando um grupo de homens. Mas eu sempre tinha uma resposta para dar a eles, e continuava a luta (Bandeira, Miele, Silveira, 2012, p. 112).

Não foi apenas uma única prisão, no início de 1964 mais precisamente no início do golpe militar, Elizabeth se apresenta antes de voltar para Sapé, já que estava em



Pernambuco nas gravações do filme “Cabra marcado para morrer”, dirigido pelo cineasta Eduardo Coutinho e necessitava voltar para a sua cidade em busca de seus filhos. Daí por diante mais uma prisão fora decretada, e assim passaram-se três meses de sua pena.

A dificuldade estava ainda mais avassaladora, Elizabeth só tinha o seu filho Carlos ao seu lado, os demais estavam distribuídos com os tios, irmãos e demais, em meio a tanta pedra no caminho, e com a mente cheia de inúmeras ameaças de morte, a mesma pensa em suicídio duas vezes como um meio de saída mais fácil às atribulações que estava passando. A primeira constituiu-se em uma tentativa de pôr fim à sua vida no meio da estrada juntamente com o seu filho que na época tinha seis anos de idade, e ao ouvir os seus clamores, volta, abraça-o e tenta seguir a vida; na segunda, a jovem busca uma árvore juntamente com uma corda, mas ao ouvir o seu filho chamando em busca de alimentação, desiste e enxerga que todas as lutas devem ser enfrentadas.

Entre idas e vindas, Elizabeth recebe um convite para trabalhar em um roçado, espécie de plantio em sítios, no Rio Grande do Norte, mas seria por pouco tempo, visto que a safra dura pouco e conseqüentemente os seus funcionários também. De acordo com Bandeira, Miele, Silveira (2012), a vida em São Rafael não foi fácil. Lá não conhecia ninguém, não tinha nenhum conhecido.

Para viver sem restrições policiais, Elizabeth Teixeira passou a se chamar Marta Maria da Costa, ninguém a conhecia na cidade pelo seu nome original, visto que viver na clandestinidade naquela época constituía em uma resistência diante das violências enunciadas pelo golpe; a todo o momento sua existência era motivo de raiva para as forças militares.

[...] Ao longo do endurecimento do regime militar, a cada Ato Institucional que era lançado, se fazia necessário uma adaptação por parte da militância para conseguir colocar em prática suas ações de resistência. Na medida em que a polícia política aperfeiçoava seus métodos, a oposição também desenvolvia e incrementava suas táticas de comunicação (Lucena, 2016, p. 95).

Em meio a tantas tentativas, Marta Maria foi lavadeira de roupas, mas por uma forte infecção urinária e problemas na pele, teve que buscar refúgios na educação. Ainda em São Rafael-RN, Elizabeth alfabetizava crianças e com a experiência que tinha, não poderia ser diferente; passa a lecionar diversos pequenos, e em meio a

isso, vai descobrindo o Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade para conhecer a luta daquela região.

Em consequência, Eduardo Coutinho a localiza e convida para dar continuidade ao seu trabalho cinematográfico e promete resgatá-la daquela cidade juntamente com o seu filho, para encontrar os demais.

Já Lourdes Meira, como militante vinda do Cariri do estado, precisou refugiar-se mesmo depois de sua saída da prisão pelos fortes ataques que a polícia ainda fazia em sua residência em João Pessoa-PB. A mesma vai para o Recife-PE, passando quatro anos em terras pernambucanas, tendo passado por inúmeras dificuldades no mercado de trabalho e fome. Para tanto, permaneceu firme na luta.

O Maranhão foi o porto seguro de Lourdes Meira em mais uma etapa de clandestinidade, visto que todas as pessoas que a conheciam estavam presas e sendo torturadas pela ditadura. Ainda sobre a experiência da clandestinidade, Susel Oliveira da Rosa (2013) traz:

Além de tornar-se invisível socialmente e morrer para o mundo, habitar o espaço liminar da clandestinidade significa furtar-se a estrutura jurídica e política, transgredir os códigos e as fronteiras demarcatórias, usar mensagens codificadas, mudar de nome, de roupa, trocar a cor do cabelo, passar por privações emocionais e físicas (Rosa, 2013, p. 49).

Portanto, o objetivo desse trabalho foi destacar as trajetórias de lutas dessas duas mulheres. Através das memórias e histórias de Elizabeth Teixeira e Lourdes Meira, mulheres, assim como eu, se veem na luta pelos direitos, compreendendo as relações de poder que tentam a todo o instante nos silenciar. As trajetórias dessas mulheres paraibanas nos mostram que, no feminino, podemos e somos resistência.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Um trabalho como este não terá uma finalização estabelecida, ele é o início de uma pesquisa em curso.

Para a construção deste, foi utilizado como fonte principal a História Oral por meio de diversos livros, artigos, filmes, documentários e documentários disponibilizadas na Internet. Segundo Lucena (2016), a memória e história existentes na elaboração de fontes orais são processos cognitivos e são processos sociais ativos, ou seja, de extrema importância para o surgimento de novas fontes históricas, como para preservar a documentação que já existe.

Observou-se a luta de uma mulher que teve onze filhos e enfrentou um luto em meio à clandestinidade. Também de uma militante do Cariri do estado que se refugiou na clandestinidade em outros estados do Nordeste, a saber Pernambuco e Maranhão. E que teceram estratégias várias para não sucumbirem ao poder instaurado.

Evidenciou-se a clandestinidade como uma saída temporária para as vítimas, era necessária a mudança de identidade, endereço e de características físicas para não ser assassinada diante daquele cenário opressor sustentado pelas bases militares e políticas que assombravam o Brasil, mas que não foi capaz de deter a democracia – e força propulsora das mulheres.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, George Pedro Barbalho. Ligas Camponesas: Formação, luta e enfraquecimento. **Instituto Federal de Ciência e Tecnologia da Paraíba**, João Pessoa, p. 1-4, 2021.

ARQUIVO GPS – Elizabeth Teixeira – Mulher marcada para viver. **Gestão Pública e Sociedade**, Sapé, 22 de julho de 2021. Disponível em: <https://gestaopublicaesociedade.com.br/arquivo-gps-elizabeth-teixeira-mulher-marcada-para-viver/>. Acesso em: 22 de maio. 2023.

BANDEIRA, Lourdes Maria *et al* (org.). **Eu marcharei na tua luta!** A vida de Elizabeth Teixeira. 21. ed. Campina Grande: Eduepb, 2012.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade** (Adin), Brasília. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adin#:~:text=%C3%89%20proposta%20ao%20Supremo%20Tribunal,ato%20normativo%20federal%20ou%20estadual>. Acesso em: 11 de outubro de 2023.

**CABRA Marcado para Morrer**. Direção de Eduardo Coutinho. Produção de Zelito Viana. Roteiro: Eduardo Coutinho. São Rafael: Eduardo Coutinho, 1984. (119 min.), color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O0wrtiAQtmU>. Acesso em: 02 abr. 2023.

CITTADINO, Monique. Regime militar na Paraíba: a política local nos anos de chumbo (1966-1971). Simpósio Nacional de História, 22, João Pessoa, 2003. **Anais...** (p. 01-09).

DUARTE, Ana Rita Fonteles. O Movimento Feminino pela Anistia na luta contra a ditadura no Brasil: entrevista com therezinha zerbini. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 1, p. 1-8, out. 2019. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n153564>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n153564>. Acesso em: 10 out. 2023.

ESTÊVÃO, Ana Maria Ramos. **Torre das guerreiras e outras memórias** / Ana Maria Ramos Estêvão. – São Paulo: Editora 106; Fundação Rosa Luxemburgo, 2021.

KARINA, Janz Woitowicz. A resistência das mulheres na ditadura militar brasileira: Imprensa feminista e práticas de ativismo. **Revista Estudos em Jornalismo e Mídia**. V.11, nº1, janeiro a junho de 2014.

LOURDES MEIRA. [Locução de]: Gloria Rabay. Entrevistada: Maria de Lourdes Meira Cabral. [S.l.]: Paraíbanas, 13 mar. 2021. **Podcast**. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/7DHREPLVLJcSeMAbxWGVnC>. Acesso em: 02 ago. 2023.

LUCENA, Fabíola Alves de. **Comunicação Clandestina no Movimento Estudantil em Recife Durante a Ditadura Militar**. 2016. 132 f. Dissertação (Mestrado) - Curso

de História, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: História do Regime Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2021. 363 p.

NUNES, Paulo Giovanni Antonino. Golpe civil-militar na Paraíba e a repressão no imediato pós-golpe. Simpósio Nacional de História, 26, São Paulo, 2011. **Anais...** (p. 01-13).

OLIVEIRA, Gilson. **Elizabeth Teixeira: Uma mulher corajosa**. 2015. Disponível em: <https://revistacontinente.com.br/edicoes/171/elizabeth-teixeira--uma-mulher-corajosa>. Acesso em: 19 jun. 2023.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba. **Relatório final / Paraíba**. Comissão Estadual da Verdade e da Preservação da Memória do Estado da Paraíba; Paulo Giovanni Antonino Nunes, [et al.] – João Pessoa: A União, 2017.

PARAÍBA. Comissão Estadual da Verdade, **Audiência Pública – A vida na clandestinidade**. Youtube, 01 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=BIP3VKMIS3A>. Acesso em: 4 de outubro de 2023.

PEDRO, Joana Maria *et al* (org.). **Resistências, gênero e feminismos contra as ditaduras no Cone Sul**. Florianópolis: Mulheres, 2011.

PERROT, Michelle. Práticas da Memória Feminina. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 18, p. 09-18, 1989.

RANGEL, Maria do Socorro. **Medo da Morte; Esperança de Vida: a história das ligas camponesas na Paraíba**. 2000. 387 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000. Disponível em: <https://mst.org.br/download/mestrado-medo-da-morte-esperanca-de-vida-a-historia-das-ligas-camponesas-na-paraiba/>. Acesso em: 01 abr. 2023.

RIBEIRO, Diana Montenegro *et al*. "Tem gente lá fora": Reconstruções narrativas das vidas de Elizabeth Teixeira. **Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, p. 1-12, 2021. Disponível em: [https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/trabalho/view?ID\\_TRABALHO=1466&impressao&printOnLoad](https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/trabalho/view?ID_TRABALHO=1466&impressao&printOnLoad). Acesso em: 19 jul. 2023.

RIBEIRO, Luís Augusto Mendonça. **O Educacional no discurso político: História e Memória do Movimento Estudantil na UFPB (1964-1969)**. 2017. 99 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017. Disponível em: [https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9884?locale=pt\\_BR](https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9884?locale=pt_BR). Acesso em: 02 out. 2023.

ROCHA, Ana Beatriz. **Elizabeth Teixeira: primeira mulher a liderar uma Liga Camponesa é fonte de inspiração na luta agrária**. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/pb/paraiba/noticia/2022/03/08/elizabeth-teixeira-primeira-mulher-a-liderar-uma-liga-camponesa-e-fonte-de-inspiracao-na-luta-agraria.ghtml>. Acesso em: 05 jun. 2023.

RODRIGUES, Natália. Ação Popular. **Info Escola**. São Paulo. Disponível em: <https://www.infoescola.com/historia/acao-popular-ap/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres *versus* ditadura, latifúndio e misoginia na Paraíba. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 20, n. 39, p. 309-324, 2015.

ROSA, Susel Oliveira da. Mulheres, ditaduras e memórias: “Não imagine que precise ser triste para ser militante”. São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2013.

SARTI, Cynthia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos de 1970: revisitando uma trajetória. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.12 nº 2, p.35-50, maio a agosto de 2004.

SOARES, Thalita Maciel. Violência em tempos de democracia: a trajetória das Ligas Camponesas entre 1954-1964. **XIII Jornada de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 3, p. 921-935, set. 2018. Disponível em: [https://www.academia.edu/download/58115961/Violencia\\_em\\_tempos\\_de\\_democracia\\_ThalitaMaciel\\_Jornada.UFRJ.pdf](https://www.academia.edu/download/58115961/Violencia_em_tempos_de_democracia_ThalitaMaciel_Jornada.UFRJ.pdf). Acesso em: 18 nov. 2023.